

## Tolerância Repressiva\*

Por Herbert Marcuse\*\*

[Tradução: Kathlen Luana de Oliveira\*\*\*]

*Este ensaio é dedicado a meus estudantes na Universidade de Brandeis.*

Este ensaio examina a idéia de tolerância em nossa sociedade industrial avançada. A conclusão alcançada é de que a realização do objetivo da tolerância requer intolerância perante as políticas predominantes, atitudes, opiniões, e a extensão da tolerância às políticas, atitudes e opiniões que são proscritas ou suprimidas. Em outras palavras, hoje a tolerância apresenta-se novamente como o que era em suas origens, no começo do período moderno -uma meta partidária, uma prática e uma noção libertária subversiva. Contrariamente, o que hoje é proclamado e

---

\* Texto fornecido por Mark, e convertido em html por Harold Marcuse, em 6 oct. 2004, para [Herbert Marcuse homepage](#); [tradução alemã](#); veja também minha página [Marcuse Haters page](#). Disponível na Internet: <<http://www.marcuse.org/herbert/pubs/60spubs/65repressivetolerance.htm>>. Este texto foi originalmente publicado em: WOLFF, Robert Paul; MOORE JR, Barrington e MARCUSE, Herbert. **A Critique of Pure Tolerance**. Boston: Beacon Press, 1969, p. 95-137. Este livro de 123 páginas foi publicado originalmente em 1965; A presente edição inclui o "Pós-escrito" de Herbert Marcuse de 1968. Os conteúdos de *A Critique of Pure Tolerance* são os seguintes: "Além de Tolerância" - Robert Paul WOLFF; "Tolerância e a Perspectiva Científica" - Barrington MOORE JR.; "Tolerância Repressiva" - Herbert MARCUSE.

\*\* Herbert Marcuse nasceu em Berlim em 19/07/1898. Estudou Letras, Filosofia e Economia nas Universidades de Berlim e Freiburg. Concluiu seus estudos de pós-doutoramento na Universidade de Freiburg em 1922. Foi assistente de Martin Heidegger e admirador de seu pensamento filosófico. Migrou para os Estados Unidos em 1934 e tornou-se membro do Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Columbia em Nova York. Em 1940, tornou-se cidadão estadunidense. Foi professor de Ciências Políticas na Universidade de Brandeis em Waltham, Massachussetts, de 1958 a 1965, e professor na Universidade da Califórnia em San Diego, de 1965 a 1976. Dentre as suas obras se destacam: *Studien über Autorität und Familie* (1936), *Eros and Civilization* (1955), *One Dimensional Man* (1964), *Tolerância Repressiva* (1965), *An Essay on Liberation* (1969) e *The Aesthetic Dimension* (1978).

\*\*\* Teóloga brasileira, mestranda no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (IEPG), em São Leopoldo, RS, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sua pesquisa está direcionada à argumentação teológica dos Direitos Humanos na sociedade moderna.

praticado como tolerância está, em muitas de suas manifestações mais efetivas, servindo a causa da opressão.

O autor está completamente atento que, no momento, não existe nenhum poder, nenhuma autoridade, nenhum governo que traduziria tolerância libertária em prática, mas ele acredita que é a tarefa e o dever do intelectual recordar e preservar as possibilidades históricas que parecem ter se tornado possibilidades utópicas - que é a sua tarefa quebrar a concreticidade da opressão a fim de abrir o espaço mental no qual esta sociedade pode ser reconhecida como o que é e faz.

Tolerância é um fim em si mesmo. A eliminação da violência e a redução da supressão ao grau exigido para proteger o ser humano e os animais da crueldade e da agressão são as condições prévias para a criação de uma sociedade humanitária. Uma sociedade assim ainda não existe; o progresso rumo a ela é talvez mais do que aquele antes apreendido pela violência e na supressão numa escala global. Como impedimentos contra a guerra nuclear, como ação policial contra a subversão, como ajuda técnica na luta contra o imperialismo e o comunismo, como métodos de pacificação em massacres neocoloniais, a violência e a supressão são promulgadas, praticadas e defendidas igualmente por governos democráticos e autoritários, e as pessoas sujeitas a esses governos são educadas a sustentar tais práticas como necessárias para a preservação do *status quo*. A tolerância é estendida às políticas, às condições e aos modos de comportamento que não deveriam ser tolerados porque eles estão impedindo, se não destruindo, as chances de se criar uma existência sem medo e miséria.

Esse tipo de tolerância fortalece a tirania da maioria contra a qual os liberais autênticos protestaram. O *locus* político da tolerância mudou: enquanto for mais ou menos sorradeira e constitucionalmente afastada da oposição, ela é transformada em um comportamento compulsório com respeito às políticas estabelecidas. A tolerância é alterada de um estado ativo a um estado passivo, de prática em não-prática: *laissez-*

*faire* das autoridades constituídas. São as pessoas que toleram o governo, o qual em troca tolera a oposição dentro da moldura determinada pelas autoridades constituídas.

A tolerância com respeito ao que é radicalmente maldade agora se apresenta como bondade, porque serve à coesão do todo em direção à abundância ou à superabundância. A toleração do entorpecimento sistemático, semelhante em crianças e em adultos por meio da publicidade e da propaganda, a liberação da destrutibilidade em condutas agressivas, no recrutamento e no treinamento das forças especiais, a tolerância impotente e benevolente perante a completa decepção no *merchandizing*, inútil, e a obsolescência planejada não são distorções e aberrações, elas são a essência de um sistema que fortifica a tolerância como um meio para perpetuar a luta pela existência e para suprimir as alternativas. As autoridades em educação, em valores morais, e em psicologia esbravejam contra o aumento da delinqüência juvenil; porém elas são menos vociferantes contra a apresentação orgulhosa - em palavras, ações e imagens - de mísseis cada vez mais poderosos, foguetes, bombas - a delinqüência madura de uma civilização inteira.

De acordo com uma proposição dialética, é o todo que determina a verdade - não é no sentido que o todo é anterior ou superior a suas partes, mas é no sentido que a sua estrutura e função determinam toda a relação e a condição particular. Assim, dentro de uma sociedade repressiva, até mesmo os movimentos progressistas ameaçam se transformar no seu oposto até o ponto em que eles passam a aceitar as regras do jogo. Pode-se considerar um caso mais controverso: o exercício de direitos políticos (como votar, escrever carta à imprensa, a senadores, etc., demonstrações de protesto com uma renúncia prévia da contra-violência) em uma sociedade com total administração serve para fortalecer essa administração através do testemunho da existência de liberdades democráticas, as quais, na realidade, mudaram o seu conteúdo e perderam a sua eficácia. Nesse caso, a liberdade (de opinião, de assembléia, de expressão) se torna um instrumento para absolver a servidão. E ainda

(e só aqui a proposição dialética mostra sua plena intenção) a existência e a prática dessas liberdades mantêm uma condição prévia para a restauração da sua função de oposição original, contanto que o esforço para transcender (freqüentemente imposição-própria) suas limitações seja intensificado. Geralmente, a função e o valor da tolerância dependem da igualdade predominante na sociedade na qual a tolerância é praticada. A tolerância por si mesma estava sujeita a anular critérios: sua extensão e seus limites não podem ser definidos nos termos da respectiva sociedade. Em outras palavras, a tolerância é um fim em si mesmo somente quando ela é verdadeiramente universal, praticada pelos governadores como também pelos governados, pelos senhores como também pelos camponeses, pelos xerifes como também por suas vítimas. E tal tolerância universal só é possível quando nenhum inimigo real ou alegado exigir a educação e o treinamento das pessoas para a violência militar e para a destruição no interesse nacional. Tão logo quanto essas condições não prevaleçam, as condições da tolerância estão “loaded”: elas são determinadas e definidas pela desigualdade institucionalizada (que é certamente compatível com a igualdade constitucional), i.e., pela estrutura de classe da sociedade. Em uma sociedade assim, a tolerância é *de facto* limitada no chão dual da violência legalizada ou da supressão (polícia, forças armadas, guardas de todos os tipos) e da posição privilegiada segurada pelos interesses predominantes e por suas “conexões”.

Essas limitações de fundo da tolerância normalmente são anteriores as limitações explícitas e judiciais como as definidas pelos tribunais, pelos costumes, pelos governos, etc. (por exemplo, “perigo claro e presente”, ameaça para a segurança nacional, heresia). Dentro da moldura de uma estrutura social assim, a tolerância pode ser seguramente praticada e proclamada. Ela possui dois tipos: (1) a toleração passiva de atitudes e idéias estabelecidas e fortificadas, mesmo se o seu efeito prejudicial sobre o ser humano e a natureza sejam evidentes, e (2) a tolerância ativa, a tolerância oficial concedida à direita bem como à esquerda, aos movimentos

de agressão bem como aos movimentos de paz, os grupos de ódio assim como os grupos humanitários. Eu chamo esta tolerância não-partidária de “abstrata” ou “pura” já que ela se abstém de tomar partido - mas fazendo assim, na verdade, ela protege a máquina já estabelecida de discriminação.

A tolerância que aumentou o alcance e o conteúdo da liberdade sempre foi partidária - intolerante perante os protagonistas do *status quo* repressivo. O assunto era só o estágio e a extensão da intolerância. Na sociedade liberal firmemente estabelecida da Inglaterra e dos Estados Unidos, a liberdade de expressão e de assembleia foram concedidas até mesmo aos inimigos radicais da sociedade, contanto que eles não fizessem a transição da palavra para ação, do discurso para a ação.

Confiando nas efetivas limitações de fundo impostas por sua estrutura de classe, a sociedade parecia praticar tolerância genérica. Mas a teoria liberal já tinha colocado uma importante condição à tolerância: era “aplicar apenas a seres humanos na maturidade das suas faculdades”. John Stuart Mill não só fala de crianças e menores; ele elabora: “Liberdade, como um princípio, não tem nenhuma aplicação a qualquer estado de coisas anterior à época quando a espécie humana tornou-se capaz de ser aprimorada pela discussão livre e igualitária”. Anterior àquele tempo, os seres humanos ainda poderiam ser bárbaros, e “o despotismo é um modo legítimo de governo que entra em acordo com bárbaros, desde que o fim seja para a melhoria deles, e os meios sejam justificados pela real consequência daquele fim”. As palavras freqüentemente citadas de Mill têm uma implicação menos familiar, da qual depende o seu significado: a conexão interna entre liberdade e verdade. Há uma compreensão que a verdade é o fim da liberdade, e a liberdade precisa ser definida e limitada pela verdade. Agora, por causa da verdade, em que compreensão pode estar a liberdade? A liberdade é autodeterminação, autonomia - esta é quase uma tautologia, mas uma tautologia que é o resultado de uma série inteira de julgamentos sintéticos. A liberdade estipula a habilidade para se determinar a própria vida: para ser capaz de

determinar o que fazer e o que não fazer, o que suportar e o que não suportar. Mas o conteúdo dessa autonomia nunca é o contingente, o indivíduo particular como o que ele realmente é ou é casualmente; mais propriamente, é o indivíduo como ser humano que é capaz de ser livre junto com os outros. E o problema de tornar possível tal harmonia entre cada liberdade individual e a do outro não é aquilo que é encontrado num acordo entre competidores, ou entre liberdade e lei, entre o interesse geral e individual, nem entre o bem-estar comum e privado em uma sociedade *estabelecida*, mas é de *criar* a sociedade na qual o ser humano não é mais escravizado por instituições que viciam a sua autodeterminação desde o princípio. Em outras palavras, a liberdade ainda será criada até mesmo para a mais livre das sociedades existentes. E a direção na qual isso deve ser buscado, e as mudanças institucionais e culturais que podem ajudar a atingir a meta são, pelo menos em uma civilização desenvolvida, *compreensíveis*, quer dizer, elas podem ser identificadas e projetadas, com base na experiência, através da razão humana.

Na interação entre teoria e prática, soluções verdadeiras e falsas tornam-se distinguíveis - nunca com a evidência da necessidade, nunca como o positivo, mas apenas com a certeza de uma chance debatida e razoável, e com a força persuasiva do negativo. Para o verdadeiro positivo está a sociedade do futuro e, conseqüentemente, está além da definição e da árida determinação, enquanto que o positivo existente é aquilo que deve ser superado. Mas a experiência e o entendimento da sociedade existente podem ser bem capazes de identificar o que *não* conduz a uma sociedade livre e racional, o que impede e distorce as possibilidades de sua criação. Liberdade é liberação, um processo histórico específico na teoria e na prática, e como tal tem o seu certo e o seu errado, a sua verdade e a sua falsidade.

A incerteza da possibilidade nessa distinção não anula a objetividade histórica, mas necessita da liberdade de pensamento e de expressão como condições prévias para encontrar o caminho para a liberdade - necessita de *tolerância*. De qualquer forma, essa tolerância não pode ser indiferente e uniforme perante os

conteúdos de expressão, nem em palavra nem em ação; ela não pode proteger palavras falsas e ações erradas, demonstrando que elas contradizem e contrariam as possibilidades de liberação. Tal tolerância indiferente é justificada em debates inofensivos, em conversa, em discussão acadêmica; ela é indispensável ao empreendimento científico, à religião privada. Mas a sociedade não pode ser indiferente, onde a pacificação da existência, onde a liberdade e a felicidade por si mesmas estão em jogo: aqui, certas coisas não podem ser ditas, certas idéias não podem ser expressas, certas políticas não podem ser propostas, certo comportamento não pode ser permitido sem tornar a tolerância um instrumento para a continuidade da servidão.

O perigo da “tolerância destrutiva” (Baudelaire), da “neutralidade benevolente” com respeito à *arte* foi reconhecido: o mercado que absorve igualmente bem (embora com freqüentes e súbitas flutuações) arte, anti-arte, e não-arte, todos os estilos conflituosos possíveis, escolas, formas, abastece um “receptáculo complacente, uma garganta amigável”<sup>1</sup>, na qual o impacto radical da arte, o protesto da arte contra a realidade estabelecida é engolido. De qualquer forma, a censura da arte e da literatura é regressiva sob todas as circunstâncias. A *oeuvre* [obra] autêntica não é e não pode ser um suporte da opressão, e a pseudo-arte (que como tal pode ser um suporte) não é arte. A arte encontra-se contra a história, porém, ela resiste à história que tem sido a história da opressão, pois a arte submete a realidade às leis que são diferentes daquelas estabelecidas: as leis da Forma que criam uma realidade diferente - negação do estabelecido até mesmo onde a arte descreve a realidade estabelecida. Mas em sua luta com a história, a arte se sujeita à história: a história entra na definição da arte e entra na distinção entre a arte e a pseudo-arte. Dessa maneira, acontece o que uma vez era arte se torna pseudo-arte. Formas prévias, estilos e qualidades, modos prévios de protesto e recusa não podem ser recapturados dentro ou contra uma sociedade diferente. Há casos onde uma *oeuvre* autêntica leva

---

<sup>1</sup> Edgar WIND. *Art and Anarchy*. London: Faber, 1963.

uma mensagem política regressiva - Dostoievski é um caso relevante. Entretanto, a mensagem é anulada pela própria *oeuvre*: o conteúdo político regressivo é absorvido, *aufgehoben* [suprimido] na forma artística: no trabalho como literatura.

A tolerância à liberdade de expressão é o modo de aperfeiçoamento, de progresso na liberação, *não* porque não há nenhuma verdade objetiva, o aperfeiçoamento deve necessariamente ser um acordo entre uma variedade de opiniões, mas porque há uma verdade objetiva que pode ser descoberta, averiguada apenas no aprendizado e na compreensão daquilo que é e daquilo que pode e deveria ser feito por causa do aperfeiçoamento de uma parte da humanidade. Esse “dever” comum e histórico não é imediatamente evidente, não está à mão: ele tem que ser descoberto ao “cortar completamente”, “dividir”, “quebrar em pedaços” (*discutio*) o material dado - separando o certo e o errado, o bom e o ruim, o correto e o incorreto. O sujeito cuja “melhoria” depende de uma prática histórica progressiva é cada ser humano enquanto ser humano, e essa universalidade é refletida na discussão que, a priori, não exclui nenhum grupo ou indivíduo. Mas até mesmo o caráter inclusivo da tolerância liberal era, pelo menos na teoria, baseado na proposição de que os seres humanos eram *indivíduos* (potencialmente) que poderiam aprender a ouvir e a ver e poderiam sentir por eles mesmos, desenvolver os seus próprios pensamentos, agarrar os seus verdadeiros interesses, direitos e capacidades, também contra a opinião e a autoridade estabelecida. Essa era a razão da liberdade de expressão e de assembléia. A toleração universal torna-se questionável quando sua razão já não prevalece, quando a tolerância é administrada para indivíduos manipulados e doutrinados que papagueiam a opinião dos seus mestres como se fosse a sua própria, para eles heteronomia se tornou autonomia.

O *telos* da tolerância é a verdade. É evidente que a partir do registro histórico, os porta-vozes autênticos da tolerância tiveram mais em mente uma e outra verdade daquela da lógica proposicional e da teoria acadêmica. John Stuart Mill fala da verdade que é perseguida na história e que *não* triunfa sobre a perseguição em



virtude do seu “poder inerente”, que, na realidade, não tem nenhum poder inerente “contra o calabouço e a estaca”. E ele enumera as “verdades” que eram cruelmente e prosperamente liquidadas nos calabouços e à estaca: a de Arnold de Brescia, de Fra Dolcino, de Savonarola, do Albigensians, Waldensians, Lollards, e Hussites. A tolerância é a primeira e a principal para a causa dos hereges - o caminho histórico rumo a *humanitas* aparece como heresia: alvo da perseguição pelos poderes que são. Contudo, a heresia por si mesma não é símbolo da verdade.

O critério do progresso na liberdade de acordo com a qual Mill julga esses movimentos é a Reforma. A avaliação é *ex post*, e a sua lista inclui a oposição (Savonarola também teria queimado Fra Dolcino). Até mesmo a avaliação *ex post* é contestável sobre sua verdade: a história corrige o julgamento - tarde demais. A correção não ajuda às vítimas e não absolve seus executores. Contudo, a lição é clara: a intolerância atrasou o progresso e prolongou a matança e a tortura de inocentes por centenas de anos. Isso revira o caso da tolerância “pura”, indiferente? Há condições históricas nas quais tal a toleração impede a liberação e multiplica as vítimas que são sacrificadas ao status quo? A garantia indiscriminada de liberdades e de direitos políticos pode ser repressiva? Tal tolerância pode servir para conter a mudança social qualitativa?

Eu discutirei essa pergunta apenas com referência aos movimentos políticos, às atitudes, às escolas de pensamento, às filosofias que são “políticas” no sentido mais amplo - afetando a sociedade como um todo, transcendendo expressivamente a esfera da privacidade. Acima de tudo, eu proponho uma substituição no foco da discussão: ela não estará apenas preocupada, e nem fundamentalmente, com a tolerância perante os extremos radicais, as minorias, os subversivos, etc., mas antes estará preocupada com a tolerância perante as majorias, perante a opinião pública e oficial, perante os protetores estabelecidos da liberdade. Neste caso, a discussão pode ter como um quadro de referência apenas uma sociedade democrática na qual as pessoas, como indivíduos e como membros de organizações políticas e outras,

participam na construção, na sustentação, e na mudança de políticas. Em um sistema autoritário, as pessoas não toleram - elas suportam as políticas estabelecidas.

Sob um sistema constitucionalmente garantido e (geralmente e também sem muitas e claras exceções) praticado são tolerados liberdades e direitos civis, a oposição e a dissensão, a menos que elas propagem a violência e/ou a exortação para a organização da subversão violenta. A hipótese subjacente é de que a sociedade estabelecida é livre, e que nenhum aprimoramento, até mesmo uma mudança na estrutura e nos valores sociais, ocorreria no curso normal dos eventos, preparados, definidos, e testados na discussão livre e igualitária, na feira aberta de idéias e bens<sup>2</sup>. Agora recordando a passagem de John Stuart Mill, eu chamei a atenção a premissa escondida nessa suposição: discussão livre e igualitária pode cumprir a função atribuída a ela somente se for expressão *racional* e se for desenvolvimento de pensamento independente, livre do doutrinamento, da manipulação, da autoridade estranha. A noção de pluralismo e dos poderes contraditórios não é nenhum substituto para essa exigência. A pessoa poderia construir um estado em teoria, na qual uma multidão de pressões diferentes, interesses, e autoridades compensam um ao outro e resultam em um interesse verdadeiramente geral e racional. Todavia, essa péssima construção ajusta uma sociedade na qual os poderes são e permanecem desiguais e até mesmo aumentam o seu peso desigual quando eles tomam o seu próprio curso. Essa construção ajusta até pior quando a variedade de pressões unifica e coagula uma totalidade subjugadora, integrando os poderes compensatórios particulares em virtude de um padrão crescente de vida e uma concentração crescente de poder. Então, o trabalhador cujo real interesse entra em conflito com o da administração, o consumidor comum cujo real interesse entra em conflito com o do produtor, o intelectual cuja vocação entra em conflito com aquilo que os seus

---

<sup>2</sup> Eu desejo reiterar para a discussão seguinte que, de fato, a tolerância não é indiferente e “pura” até mesmo na sociedade mais democrática. As “limitações de fundo” declaradas na página [2 deste livro?] restringem a tolerância antes de ela iniciar o processo. A estrutura antagônica da sociedade manipula as regras do jogo. Aqueles que estiverem contra o sistema estabelecido estão a priori em uma desvantagem a qual não é removida pela tolerância das suas idéias, discursos, e jornais.

empregadores constatarem por eles mesmos, submetem os intelectuais a um sistema contra o qual eles são impotentes e parecem irracionais. A idéia de alternativas disponíveis evapora dentro de uma dimensão totalmente utópica onde ela se sente em casa, pois uma sociedade livre é de fato irreal e indefinidamente diferente da existente. Sob essas circunstâncias, qualquer melhoria pode acontecer “no curso normal dos eventos” e sem a subversão é provável que seja uma melhoria na direção determinada pelos interesses particulares que controlam o todo.

Justamente por isso, essas minorias que se esforçam por uma mudança do todo propriamente dito, sob ótimas condições que raramente prevalecem, serão deixadas livres para deliberar e discutir, para falar e reunir-se - e serão deixadas inofensivas e desamparadas diante da maioria subjugadora que milita contra a mudança social qualitativa. Essa maioria é firmemente fundamentada na crescente satisfação das necessidades e da co-ordenação mental - e tecnológica - a qual testemunha o desamparo geral de grupos radicais em um sistema social que funciona - bem.

Dentro da democracia abundante, prevalece a discussão abundante, e dentro da moldura estabelecida, ela é tolerante a uma grande escala. Todos os pontos de vista podem ser ouvidos: o Comunista e o Fascista, a Esquerda e a Direita, o branco e o Negro, os militantes a favor do armamento e do desarmamento. Além do mais, os debates infundavelmente prolongados a respeito da mídia, da opinião estúpida que é tratada com o mesmo respeito que a inteligente, dos desinformados que podem falar tanto quanto o informado, e da propaganda que anda junto com a educação, a verdade com a falsidade. Essa tolerância pura do sentido e do absurdo está justificada pelo argumento democrático de que ninguém, nem em grupo nem individualmente, está em posse da verdade e está capacitado para definir o que é certo e errado, bom e ruim. Por essa razão, todas as opiniões competitivas devem ser submetidas “às pessoas” para sua deliberação e escolha. Mas eu já sugeri que o argumento democrático implica numa condição necessária, a saber, que as pessoas devem ser

capazes de deliberar e de escolher com base no conhecimento, que elas têm que ter acesso à informação autêntica, e que, nessa base, a avaliação delas deve ser o resultado do pensamento autônomo.

No período contemporâneo, o argumento democrático para a tolerância abstrata tende ser invalidado pela invalidação do próprio processo democrático. A força libertária da democracia era a possibilidade que ela ofereceu à dissensão efetiva, no indivíduo como também na escala social, sua abertura para formas qualitativamente diferentes de governo, de cultura, de educação, de trabalho - da existência humana em geral. A toleração da discussão livre e do direito igualitário da oposição era definir e esclarecer as diferentes formas de dissensão: sua direção, seu conteúdo, sua perspectiva. Mas com a concentração do poder econômico e político e a integração de opostos em uma sociedade que usa a tecnologia como um instrumento de dominação, a dissensão efetiva é bloqueada onde pudesse emergir livremente; na formação de opinião, na informação e na comunicação, no discurso e na assembléia. Sob o controle da mídia monopolizadora - eles mesmos, os meros instrumentos de poder econômico e político - uma mentalidade é criada para a qual o certo e o errado, o verdadeiro e o falso são predefinidos onde quer que eles afetem os interesses vitais da sociedade. Antes de toda expressão e comunicação, isso é um assunto de semântica: o bloqueio da dissensão efetiva, do reconhecimento do que não é do sistema governante o qual começa na linguagem que é difundida e administrada. O significado das palavras é severamente fixado. A persuasão racional, a persuasão para o oposto é tudo, mas é impedida. As avenidas de entrada são fechadas ao significado de palavras e a idéias diferentes das estabelecidas - estabelecidas pela publicidade dos poderes que existem, e verificado na sua prática. Outras palavras podem ser ditas e ouvidas, outras idéias podem ser expressas, mas, à proporção volumosa da maioria conservadora (fora de tais enclaves como a *intelligentsia*), elas são imediatamente “avaliadas” (i.e. automaticamente entendidas) em termos da linguagem pública - uma linguagem que determina “a priori” a

direção na qual se move o processo de pensamento. Assim o processo de reflexão finaliza onde começou: nas condições e nas relações determinadas. Autovalidando-se, o argumento da discussão repele a contradição, porque a antítese é redefinida nos termos da tese. Por exemplo, tese: nós trabalhamos para paz; antítese: nós nos preparamos para a guerra (ou até mesmo: nós empreendemos a guerra); unificação de opostos; preparar-se para a guerra é trabalhar para a “paz”. A paz é redefinida como necessária, na situação predominante, incluindo na preparação para a guerra (ou até mesmo a guerra) e nessa forma orwelliana, o significado da palavra “paz” é estabilizado. Dessa forma, o vocabulário básico da linguagem orwelliana opera a priori como categorias de entendimento: pré-formando todo o conteúdo. Essas condições invalidam a lógica da tolerância que envolve o desenvolvimento racional do significado e impede o fechamento do significado. Conseqüentemente, a persuasão através da discussão e da igual apresentação de opostos (até mesmo onde realmente é, igual) facilmente perde a sua força libertária como fatores de entendimento e de aprendizado; mais provavelmente eles estão distantes de fortalecer a tese estabelecida e de repelir as alternativas.

A imparcialidade até o extremo, o tratamento igual dos assuntos competitivos e conflituosos realmente é uma exigência básica para a tomada de decisão no processo democrático - é uma exigência igualmente básica para definir os limites da tolerância. Mas em uma democracia com organização totalitária, a objetividade pode cumprir uma função muito diferente, a saber, fortalecer uma atitude racional que tende a obliterar a diferença entre o verdadeiro e o falso, entre a informação e o doutrinamento, entre o certo e o errado. Na realidade, a decisão entre opiniões contrárias foi tomada antes que a apresentação e a discussão se colocassem a caminho-feito, não por causa de uma conspiração ou de um patrocinador ou de um editor, nem por qualquer ditadura, mas antes pelo “curso normal dos eventos” que é o curso de eventos administrados e pela mentalidade moldada nesse curso. Também aqui, é o todo que determina a verdade. Então a decisão se afirma, sem qualquer

violação aberta da objetividade, em tais coisas como a composição de um jornal (com o rompimento da informação vital em pedaços permeados por material estranho, itens irrelevantes, relegando algumas notícias radicalmente negativas a um lugar obscuro), na justaposição de anúncios deslumbrantes com horrores turbulentos, na introdução e na interrupção da transmissão dos fatos por comerciais esmagadores. O resultado é uma *neutralização* de opostos, uma neutralização, porém, que toma lugar sobre as bases firmes da limitação estrutural da tolerância e dentro de uma mentalidade pré-formada. Quando uma revista imprime lado a lado uma reportagem negativa e uma positiva do FBI, ela cumpre honestamente as exigências da objetividade: todavia, as possibilidades são de que o positivo vença, porque a imagem da instituição está gravada profundamente na mente das pessoas. Ou, se um repórter informa a tortura e o assassinato de trabalhadores de direitos civis no mesmo tom não emotivo que ele usa para descrever a bolsa de valores ou o tempo, ou com a mesma grande emoção com que ele anuncia os seus comerciais, então tal objetividade é espúria - mais, ela ofende a humanidade e a verdade por estar tranqüila onde alguém deveria estar enfurecida, por abster-se da acusação onde a acusação está nos próprios fatos. A tolerância expressada em tal imparcialidade serve para minimizar ou até mesmo para absolver a supressão e a intolerância predominante. Se a objetividade tem qualquer coisa a ver com a verdade, e se verdade for mais que um assunto da lógica e da ciência, então este tipo de objetividade é falso, e esse tipo de tolerância é desumano. E se é necessário quebrar o universo estabelecido do significado (e a prática incluída nesse universo) a fim de possibilitar ao ser humano descobrir o que é verdadeiro e falso, essa imparcialidade enganosa teria que ser abandonada. As pessoas expostas a essa imparcialidade não são nenhuma *tabulae rasae*, elas são doutrinadas pelas condições sob as quais elas vivem e pensam e as quais elas não transcendem. Para permitir a elas tornarem-se autônomas, acharem por elas mesmas o que é verdadeiro e o que é falso para os seres humanos na sociedade existente, eles teriam que ser libertados do doutrinamento predominante (que já não é reconhecido como doutrinamento). Mas isso significa

que a tendência teria que ser invertida: eles teriam que adquirir informações inclinadas na direção oposta. Porque os fatos nunca são imediatamente dados e nunca imediatamente acessíveis; eles são estabelecidos, “mediados” por aqueles que os fizeram; a verdade, “a plena verdade” ultrapassa esses fatos e requer a ruptura com a sua aparência. Essa ruptura - condição prévia e símbolo de toda a liberdade de pensamento e de expressão - não pode ser realizada dentro de uma moldura estabelecida da tolerância abstrata e da objetividade espúria, porque essas são precisamente os fatores que pré-condicionam a mentalidade contra a ruptura.

As barreiras reais que a democracia totalitária ergue contra a eficácia da dissensão qualitativa são fracas e suficientemente agradáveis comparadas com as práticas de uma ditadura que reivindica educar as pessoas na verdade. Com todas as suas limitações e distorções, a tolerância democrática está abaixo de todas as circunstâncias mais humanitárias do que uma intolerância institucionalizada que sacrifica os direitos e as liberdades das gerações vivas por causa das gerações futuras. A questão é se essa é a única alternativa. Eu agora tentarei sugerir a direção na qual uma resposta pode ser buscada. Em todo caso, o contraste não está entre a democracia na teoria e a ditadura na teoria.

Democracia é uma forma de governo que ajusta tipos muito diferentes de sociedade (isso se confirma até mesmo para uma democracia com voto universal e igualdade antes da lei), e os custos humanos de uma democracia, sempre e em todos lugares, são aqueles extorquidos pela sociedade cujo governo ela é. O seu alcance se estende a toda forma de exploração normal, de pobreza, e de insegurança para as vítimas de guerras, de ações policiais, de ajuda militar, etc. com as quais a sociedade está comprometida - e não só com as vítimas dentro de suas próprias fronteiras. Essas considerações nunca podem justificar a extorsão de diferentes sacrifícios e as diferentes vítimas em nome de uma melhor sociedade futura, mas elas reconhecem o peso dos custos envolvidos na perpetuação de uma sociedade existente contra o risco de promover alternativas que ofereçam uma possibilidade razoável de pacificação e

liberação. Certamente, de nenhum governo pode ser esperado que fortaleça sua própria subversão, mas em uma democracia assim o direito é adquirido pelas pessoas (i.e. pela maioria das pessoas). Isso significa que os modos, nos quais uma maioria subversiva poderia se desenvolver, não deveriam ser bloqueados sobre os quais, e se eles são bloqueados por uma repressão organizada e pelo doutrinamento, sua reabertura podem exigir meios aparentemente antidemocráticos. Eles incluiriam a retirada da tolerância do discurso e da assembléia de grupos e movimentos que promovem políticas agressivas, armamento, chauvinismo, discriminação por motivos de raça e de religião, ou que se opõem à extensão dos serviços públicos, de previdência social, de cuidado médico, etc. Além disso, a restauração da liberdade de pensamento pode necessitar restrições novas e rígidas em ensinos e práticas nas instituições educacionais que, pelos seus mesmos muitos métodos e conceitos, sirvam para incluir a opinião dentro do universo estabelecido de discurso e comportamento - impedindo a priori assim uma avaliação racional das alternativas. Na condição para a qual a liberdade de pensamento envolve a luta contra a desumanidade e a restauração de tal liberdade também implicaria na intolerância perante a pesquisa científica no interesse de “impedimentos” mortais de resistência humana anormal sob condições desumanas, etc. eu discutirei agora a questão como quem vai decidir a distinção entre liberar e reprimir, ensinos e práticas humanos e desumanos; Eu já sugeri que essa distinção não é uma questão de preferência de valor, mas de critérios racionais.

Embora a reversão da tendência no empreendimento educacional pudesse, pelo menos, ser obrigada concebivelmente pelos estudantes e por seus professores, e assim fosse auto-imposta, a retirada sistemática da tolerância perante opiniões e movimentos regressivos e repressivos só poderia ser enfrentada como resultados de pressão em larga escala que chegaria a um motim. Em outras palavras, isso pressuporia aquilo que ainda será realizado: a reversão da tendência. De qualquer forma, a resistência em ocasiões particulares, o boicote, a não-participação dos



habitantes locais ao nível de pequeno-grupo pode, talvez, preparar a base. O caráter subversivo da restauração da liberdade aparece mais claramente naquela dimensão da sociedade, onde a falsa tolerância e o livre-emprego causam, talvez, o prejuízo mais sério e duradouro, a saber, no negócio e na publicidade. Contra a insistência enfática por parte dos porta-vozes a favor do trabalho, eu mantenho que práticas, tais como a obsolescência planejada, a colisão entre a liderança da união e a administração, a propaganda enganosa não são simplesmente impostas sobre a classe operária impotente, mas são toleradas por eles e pelo consumidor em geral. Dessa forma, seria ridículo falar de uma possível retirada da tolerância com respeito a essas práticas e às ideologias promovidas por eles. Pois, eles pertencem à base na qual a abastada sociedade repressiva descansa e reproduz a si mesma e as suas defesas vitais - a sua remoção seria aquela total revolução que esta sociedade repele tão efetivamente.

Discutir tolerância em uma sociedade assim significa reexaminar o assunto da violência e da distinção tradicional entre ação violenta e não violenta. A discussão não deveria ser, desde o princípio, obscurecida por ideologias que servem à perpetuação da violência. Até mesmo nos centros avançados da civilização, a violência, na verdade, prevalece: ela é praticada pela polícia, nas prisões e instituições mentais, na batalha contra as minorias raciais; ela é levada, pelos defensores da liberdade metropolitana, aos países subdesenvolvidos. Essa violência realmente gera violência. Mas deter a violência diante de uma violência imensamente superior é uma coisa, renunciar uma violência, a priori, contra violência, com fundamentos éticos ou psicológicos (porque ela pode hostilizar os simpatizantes) é outra. Normalmente, a não-violência não é apenas proclamada aos fracos, mas é exigida deles - é uma necessidade em lugar de uma virtude, e normalmente não prejudica seriamente a causa do forte. (O caso da Índia é uma exceção? Lá, a resistência passiva foi levada a uma escala enorme que rompeu, ou ameaçou romper, a vida econômica do país. A quantidade se transforma em qualidade: em tal escala, a

resistência passiva não é mais passiva – ela deixa de ser não violenta. A mesma se vale para a Greve Geral). A distinção de Robespierre entre o terror da liberdade e o terror do despotismo, e a sua glorificação moral da anterior pertencem aberrações condenadas as mais convincentes, até mesmo se o terror branco fosse mais sangrento que o terror vermelho. A avaliação comparativa em termos de número de vítimas é uma aproximação quantitativa que revela o horror feito pelo ser humano ao longo da história que fez da violência uma necessidade. Nos termos da função histórica, há uma diferença entre a violência revolucionária e a reacionária, entre a violência praticada pelos oprimidos e a pelos opressores. Nos termos das éticas, ambas as formas de violência são más e desumanas - mas desde quando a história é feita de acordo com os padrões éticos? Para começar aplicando a eles no ponto onde o oprimido se rebela contra os opressores, o que nada tem contra o que tem está servindo à causa da violência atual através do enfraquecimento do protesto contra a violência.

Comprenez enfin ceci: si la violence a commencé ce soir, si l'exploitation ni l'oppression n'ont jamais existé sur terre, peut-être la non-violence affichée peut apaiser la querelle. Mais si le régime tout entier et jusqu'à vos non-violentes pensées sont conditionnées par une oppression millénaire, votre passivité ne sert qu'à vous ranger du côté des oppresseurs.<sup>3</sup>

{Tradução com ajuda de babelfish}. Entenda isto finalmente: se as violências fossem começar hoje à noite, se nem a exploração e nem a opressão jamais existissem no mundo, talvez não-violências combinadas poderiam aliviar o conflito. Mas se o sistema governamental inteiro e teus pensamentos não-violentos são condicionados por uma opressão de mil anos de idade, tua passividade somente serve para te colocar ao lado dos opressores.

A mesma noção de falsa tolerância, e a distinção entre as limitações certas e erradas da tolerância, entre o doutrinamento progressivo e o regressivo, entre a violência revolucionária e a reacionária, exige a declaração de critérios para sua validade. Esses padrões devem estar antes de qualquer critério constitucional e legal e são fixados e aplicados em uma sociedade existente (como por exemplo: “perigo claro e presente”, e outras definições estabelecidas de direitos civis e liberdades),

---

<sup>3</sup> SARTRE, Preface to Frantz Fanon, *Les Damnés de la Terre*. Paris: Maspéro, 1961. p. 22.

para tais definições, eles mesmos pressupõem padrões de liberdade e repressão como aplicável ou não aplicável na respectiva sociedade: eles são especificações dos conceitos mais gerais. Por meio de quem, e de acordo com que padrões, a distinção política entre verdadeiro e falso, progressivo e regressivo (nessa esfera, estes pares são equivalentes) pode ser feita e sua validade ser justificada? Desde o início, eu estou propondo que a pergunta não pode ser respondida nos termos da alternativa entre democracia e ditadura, de acordo com a qual, posteriormente, um indivíduo ou grupo, sem qualquer controle efetivo debaixo, arroga a decisão a eles mesmos. Historicamente, até mesmo nas democracias mais democráticas, as decisões vitais e finais que afetam a sociedade como um todo foram tomadas, constitucionalmente ou na realidade, por um ou vários grupos sem o controle efetivo das próprias pessoas. A questão irônica: quem educa os educadores (i.e. os líderes políticos) também aplica a democracia. A única alternativa autêntica e a negação de ditadura (com respeito a essa questão) seria uma sociedade na qual “as pessoas” se tornaram indivíduos autônomos, livres das exigências repressivas de uma luta pela existência no interesse da dominação, e seres humanos assim escolhem o seu governo e determinam a sua vida. Tal sociedade ainda não existe em nenhum lugar. Entretanto, a pergunta deve ser tratada *in abstracto* - abstração, não a partir das possibilidades históricas, mas das realidades das sociedades prevaletentes.

Eu sugeri que a distinção entre a tolerância verdadeira e falsa, entre o progresso e a regressão pode ser feita racionalmente sobre bases empíricas. As possibilidades reais da liberdade humana são relativas ao estágio atingido pela civilização. Eles dependem dos recursos materiais e intelectuais disponíveis no respectivo estágio, e eles são quantificáveis e calculáveis a um alto grau. Assim, no estágio da sociedade industrial avançada, os modos mais racionais de usar esses recursos e distribuir o produto social com a prioridade na satisfação das necessidades vitais e com um mínimo de trabalho árduo e de injustiça. Em outras palavras, é possível definir a direção para a qual as instituições predominantes, políticas,

opiniões teriam que ser mudadas a fim de melhorar a possibilidade de paz que não é idêntica à guerra fria e à guerra morna, à uma satisfação de necessidades que não se alimentam da pobreza, da opressão e da exploração. Conseqüentemente, também é possível identificar políticas, opiniões, movimentos que promoveriam essa possibilidade, e aquelas que fariam o contrário. A supressão do regressivo é uma condição prévia para o fortalecimento do progressivo.

A pergunta, quem é qualificado para fazer todas essas distinções, definições, identificações para a sociedade como um todo, tem, agora, uma resposta lógica, a saber, todo mundo “na maturidade das suas faculdades” como ser humano, todo mundo que aprendeu a pensar racionalmente e autonomamente. A resposta para a ditadura educacional de Platão é a ditadura educacional democrática dos homens livres. A concepção de John Stuart Mill da *res publica* não é oposta a de Platão: o liberal também exige a autoridade de Razão não somente como um intelectual, mas também como um poder político. Em Platão, a racionalidade é limitada ao número pequeno de filósofos-líderes; em Mill, todo o ser humano racional participa na discussão e na decisão - mas só como um ser racional. Onde a sociedade entrou na fase da administração total e do doutrinamento, esse realmente seria um número pequeno, e não necessariamente o dos representantes eleitos pelas pessoas. O problema não é esse de uma ditadura educacional, mas o do rompimento da tirania de opinião pública e seus criadores na sociedade fechada.

De qualquer modo, a concessão à racionalidade empírica da distinção entre o progresso e a regressão, e a concessão que pode ser aplicável à tolerância, e pode justificar fortemente tolerância discriminatória em fundamentos políticos (anulação da crença liberal da discussão livre e igual), seguiria outra conseqüência impossível. Eu disse que, em virtude de sua lógica interna, a retirada da tolerância dos movimentos regressivos, e a tolerância discriminatória a favor das tendências progressivas seria equivalente à promoção “oficial” da subversão. O cálculo histórico do progresso (que é de fato o cálculo da perspectiva de redução da crueldade, da

miséria, da supressão) parece envolver a escolha calculada entre duas formas de violência política: aquela por parte dos poderes legalmente constituídos (pela sua ação legítima, ou pelo seu consentimento tácito, ou pela sua inabilidade de prevenir violência), e aquela por parte dos movimentos potencialmente subversivos. Além disso, com respeito ao último, uma política de tratamento desigual protegeria o radicalismo da Esquerda contra o da direita. O cálculo histórico pode ser estendido razoavelmente à justificação de uma forma de violência contra outra? Ou melhor (desde que a “justificação” possui uma conotação moral), há uma evidência histórica do efeito que a origem social e o ímpeto da violência (entre os governados ou as classes governantes, entre os que tem ou os que não tem, entre a Esquerda ou a Direita) está demonstravelmente em uma relação de progresso (como definido acima)?

Com todas as qualificações de uma hipótese baseada em um registro histórico “aberto”, parece que a violência que emana da rebelião das classes oprimidas quebrou a continuidade histórica de injustiça, de crueldade, e de silêncio por um breve momento, sintético, mas explosivo o suficiente para alcançar um aumento na extensão da liberdade e da justiça, e uma melhor e mais eqüitativa distribuição da miséria e da opressão em um novo sistema social - em uma palavra: progresso na civilização. As guerras civis inglesas, a Revolução francesa, as Revoluções chinesa e cubana podem ilustrar a hipótese. Em contraste, a uma mudança histórica de um sistema social para outro, marcando o começo de um novo período na civilização que *não* era reluzida e dirigida por um movimento efetivo “debaixo”, a saber, o colapso do Império Romano no Oeste, provocou um longo período de regressão durante longos séculos, até que um período novo e mais

elevado da civilização nasceu dolorosamente na violência da revolta herética do século XIII e das revoltas camponesas e operárias do século XIV<sup>4</sup>.

Com respeito à violência histórica que emana entre classes governantes, nenhuma relação assim parece obter o progresso. As longas sucessões das guerras dinásticas e imperialistas, a aniquilação de Spartacus na Alemanha em 1919, o Fascismo e o Nazismo não quebraram, mas antes firmaram e agilizaram a continuidade de supressão. Eu disse que emana “entre as classes governantes”: para estar certo, dificilmente há qualquer violência organizada de cima que não mobiliza e aciona o apoio dos de baixo; a pergunta decisiva é, em favor do e no interesse de quais grupos e instituições tal violência é permitida? E a resposta necessariamente não é nenhum ex post: nos exemplos históricos há pouco mencionados, poderia ser e foi antecipado quer o movimento sirva para renovar a velha ordem quer se ele sirva para o aparecimento da nova.

Tolerância libertária, então, significaria intolerância contra os movimentos da Direita e tolerância aos movimentos da Esquerda. Quanto à extensão dessa tolerância e intolerância: ... estenderia ao estágio da ação como também da discussão e da propaganda, da ação como também da palavra. O critério tradicional de perigo claro e presente não parece mais adequado a um estágio onde a sociedade inteira está na situação de espectadores de teatro quando alguém grita: “fogo”. É uma situação na qual a catástrofe total poderia ser provocada a qualquer momento, não só por um erro técnico, mas também por um erro de cálculo racional dos riscos, ou por um discurso imprudente de um dos líderes. No passado e em circunstâncias diferentes, os discursos dos líderes nazistas e fascistas eram o prólogo imediato ao massacre. A distância entre a propaganda e a ação, entre a organização e sua renúncia sobre as pessoas tinha se tornado muito curta. Mas a propagação da palavra poderia ter sido

---

<sup>4</sup> Nos tempos modernos, o fascismo foi uma consequência da transição à sociedade industrial sem uma revolução. Veja Barrington MOORE. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Londres: Allen Lane, 1963.

interrompida antes que fosse tarde demais: se a tolerância democrática tivesse sido retirada quando os futuros líderes começaram a sua campanha, a humanidade teria tido uma chance de evitar Auschwitz e uma Guerra mundial.

Todo o período pós-fascista é um perigo claro e presente. Conseqüentemente, a verdadeira pacificação exige a retirada da tolerância antes da ação, na fase da comunicação em palavra, impressão, e ilustração. Tal suspensão extrema do direito de liberdade de expressão e de assembléia livre realmente é justificada apenas se o todo da sociedade estiver em perigo extremo. Eu mantenho que nossa sociedade está em uma situação de emergência assim, e que ela se tornou o estado normal de negócios. As diferentes opiniões e “filosofias” não podem mais competir pacificamente para a adesão e a persuasão em fundamentos racionais: a “feira de idéias” é organizada e delimitada por aqueles que determinam o interesse nacional e o individual. Nessa sociedade para a qual os idealistas proclamaram o “fim da ideologia”, a falsa consciência se tornou a consciência geral - do governo até seus últimos objetos. As pequenas e impotentes minorias que lutam contra a falsa consciência e seus beneficiários devem ser ajudadas: a continuidade de sua existência é mais importante do que a preservação de direitos abusados e liberdades que concedem poderes constitucionais para aqueles que oprimem essas minorias. Agora deveria ser evidente que o exercício dos direitos civis por aqueles que não os têm pressupõe a retirada dos direitos civis daqueles que impedem o seu exercício, e que a liberação dos Condenados da Terra pressupõe a supressão não só dos seus mestres velhos, mas também dos seus mestres novos.

As forças de emancipação não podem ser identificadas com qualquer classe social que, em virtude de sua condição material, está livre da falsa consciência. Hoje, eles estão sem esperança espalhados por toda a sociedade, e as minorias batalhadoras e os grupos isolados estão freqüentemente em oposição à sua própria liderança. Na sociedade em geral, o espaço mental para a negação e a reflexão deve primeiro ser recriado. Repellido pela concretude da sociedade administrada, o esforço

de emancipação se torna “abstrato”; ele é reduzido para facilitar o reconhecimento do que está continuando, para livrar a linguagem da tirania da sintaxe e da lógica orwelliana, para desenvolver os conceitos que compreendem a realidade. Mais do que nunca, a proposição retém a verdade que o progresso na liberdade exige o progresso na *consciência* de liberdade. Onde a mente foi feita dentro de um sujeito-objeto de políticos e políticas, a autonomia intelectual, o campo do pensamento “puro” se tornou um assunto de *educação política* (ou antes: contra-educação).

Isso significa previamente que os aspectos neutros, de livre-valor, formais de aprendizado e de ensino agora se tornam políticos, nos seus próprios fundamentos e no seu próprio direito: aprender a conhecer os fatos, toda a verdade, e a compreendê-los é crítica radical do início ao fim, uma subversão intelectual. Num mundo no qual as faculdades e necessidades humanas são apreendidas ou pervertidas, o pensamento autônomo conduz a um “mundo pervertido”: contradição e contra-imagem do mundo estabelecido da repressão. E essa contradição não é simplesmente estipulada, não é simplesmente o produto do pensamento confuso ou da fantasia, mas é o desenvolvimento lógico do mundo dado, existente. Ao nível para o qual esse desenvolvimento, na realidade, é impedido pelo peso absoluto de uma sociedade repressiva e a necessidade de ganhar a vida nela, a repressão por ela mesma invade o empreendimento acadêmico, até mesmo antes de todas as restrições na liberdade acadêmica. O pré-esvaziamento da mente vicia a imparcialidade e a objetividade: a menos que o estudante aprenda a pensar na direção oposta, ele estará inclinado a colocar os fatos na moldura predominante de valores. Sabedoria, i.e., a aquisição e a comunicação do conhecimento, proíbe a purificação e o isolamento de fatos do contexto da verdade inteira. Uma parte essencial desse último é o reconhecimento da extensão amedrontadora para a qual a história é feita e registrada pelos e para os vencedores, que é a medida para a qual história era o desenvolvimento da opressão. E essa opressão está nos próprios fatos estabelecidos; assim eles mesmos carregam um valor negativo como uma parte e um aspecto de sua facticidade. Tratar as



grandes cruzadas *contra* a humanidade (como aquela contra o Albigensians) com a mesma imparcialidade das lutas desesperadas *pela* humanidade significa neutralizar a sua função histórica oposta, reconciliar os executores com as suas vítimas, distorcer o registro. Tal neutralidade espúria serve para reproduzir a aceitação do domínio dos vencedores na consciência do ser humano. Também, aqui na educação daqueles que ainda não estão amadurecidamente integrados, na mente dos jovens, o fundamento para libertar a tolerância ainda será criado.

A educação ainda oferece um outro exemplo de tolerância espúria, abstrata, no disfarce da concretude e da verdade: ela está resumida no conceito de atualização do self. Da permissividade de todos os tipos de licença para a criança, para a preocupação psicológica constante com os problemas pessoais do estudante, um amplo movimento está a caminho contra os males da repressão e a necessidade de ser si mesmo. Frequentemente, a pergunta sobre o que tem que ser reprimido antes que alguém possa ser um self, por si mesmo é ignorada. O potencial individual é primeiro algo negativo, uma parcela do potencial da sua sociedade: de agressão, de sentimento de culpa, de ignorância, de ressentimento, de crueldade que vicia os seus instintos de vida. Se a identidade do self esta sendo mais que a realização imediata deste potencial (indesejável para o indivíduo como um ser humano), então requer repressão e sublimação, transformação consciente. Esse processo envolve cada fase (para usar os termos ridículos que aqui revelam a sua sucinta concretude) a negação da negação, a mediação do imediato, e a identidade não é mais e nem menos que esse processo. A “alienação” é o elemento constante e essencial da identidade, o lado objetivo do sujeito - e não, como é feito para aparecer hoje, uma doença, uma condição psicológica. Freud conheceu bem a diferença entre o progressivo e o regressivo, libertação e repressão destrutiva. A publicidade da atualização do self promove a remoção de um e de outro, promove a existência naquela imediação que, em uma sociedade repressiva, é (para usar outro termo hegeliano) imediação ruim (schlechte Unmittelbarkeit). Isso isola o indivíduo de uma dimensão onde ele poderia

“achar a si mesmo”: da sua existência política que é a essência de toda a sua existência. Ao invés disso, ela encoraja a não-conformidade e a deixar-se ir pelos caminhos que permitem que as reais máquinas de repressão na sociedade permaneçam completamente intactas, que até mesmo fortalece essas máquinas por meio da substituição das satisfações da rebelião privada, e pessoal para além do privado e pessoal, e então mais autêntico, a oposição. A desublimação envolvida nesse tipo de atualização do self é por si mesma repressiva, já que debilita a necessidade e o poder do intelecto, a força catalítica daquela consciência infeliz que não revela no arquétipo pessoal o alívio da frustração - ressurgimento sem esperança do Id que sucumbirá cedo ou tarde à racionalidade onipresente do mundo administrado - mas que reconhece o horror do todo na frustração mais privada e se atualiza nesse reconhecimento.

Eu tentei mostrar como as mudanças em sociedades democráticas avançadas, que arruinaram a base do liberalismo econômico e político, também alteraram a função liberal da tolerância. A tolerância, que foi a grande realização da era liberal, ainda é professada e (com qualificações fortes) praticada, enquanto o processo econômico e político é sujeitado a uma administração onipresente e efetiva conforme os interesses predominantes. O resultado é uma contradição objetiva entre a estrutura econômica e política de um lado, e a teoria e a prática da tolerância de outro. A estrutura social alterada tende a debilitar a efetividade da tolerância rumo a movimentos divergentes e de oposição e tende a fortalecer as forças conservadoras e reacionárias. A igualdade da tolerância torna-se abstrata, espúria. Com o verdadeiro declínio de forças divergentes na sociedade, a oposição é separada em grupos pequenos e freqüentemente antagônicos que, até mesmo onde eram tolerados dentro dos limites estreitos fixados pela estrutura hierárquica da sociedade, são impotentes enquanto eles se mantiverem dentro desses limites. Mas a tolerância mostrada a eles é enganosa e promove a co-ordenação. E sobre as fundações firmes de toda uma

sociedade co-ordenada, mas “fechada” contra a mudança qualitativa, a tolerância por si mesma serve para conter tal mudança em lugar de promovê-la.

## **Pós-escrito 1968**

Sob as condições que prevalecem nesse país, a tolerância não faz e não pode, cumprir a função civilizatória atribuída a ela pelos protagonistas liberais da democracia, a saber, proteção da dissensão. A força histórica progressiva da tolerância mente em sua extensão para aqueles modos e formas de dissensão que não são submetidas ao status quo da sociedade, e que não são limitadas à moldura institucional da sociedade estabelecida. Conseqüentemente, a idéia de tolerância implica na necessidade, para o grupo ou indivíduos divergentes, de se tornar ilegítima se e quando a legitimidade estabelecida previne e contraria o desenvolvimento da dissensão. Esse seria o caso não só em uma sociedade totalitária, sob uma ditadura, em estados de monopartidários, mas também em uma democracia (representativa, parlamentar, ou “direta”) onde a maioria não resulta do desenvolvimento de opinião e de pensamento independente, mas antes do monopólio ou oligopólio da administração da opinião pública, sem terror e (normalmente) sem censura. Nesse caso, a maioria está se autoperpetuando enquanto perpetuam os interesses adquiridos que *fizeram* dela uma maioria. Em sua própria estrutura essa maioria está “confinada”, petrificada; ela repele a priori qualquer mudança diferente das mudanças dentro do sistema. Mas isso significa que a maioria não mais está justificada na reivindicação do título democrático de melhor guardião do interesse comum. E uma maioria assim é tudo exceto o oposto da “vontade geral” de Rousseau: está composta, não de indivíduos que, nas suas funções políticas, fizeram uma “abstração” efetiva dos seus interesses privados, mas, pelo contrário, de indivíduos que identificaram efetivamente os seus interesses privados com as suas funções políticas. E os representantes dessa maioria, ao determinarem e executarem a

sua vontade, determinam e executam a vontade dos interesses adquiridos que formaram a maioria. A ideologia da democracia oculta sua falta de substância.

Nos Estados Unidos, essa tendência anda de mãos dadas com o monopólio ou o oligopólio da concentração de capital na formação da opinião pública, i.e., da maioria. A chance de influenciar, de qualquer modo efetivo, essa maioria está a um preço, em dólares, totalmente fora do alcance da oposição radical. Aqui também, a livre competição e a troca de idéias se tornaram uma farsa. A Esquerda não tem uma voz igual, nem acesso igual aos meios de comunicação de massa e aos seus sistemas governantes públicos - não porque uma conspiração a exclui, mas porque, na antiga boa moda capitalista, ela não tem o poder aquisitivo exigido. E a Esquerda não tem o poder aquisitivo, porque ela é a Esquerda. Essas condições impõem sobre as minorias radicais uma estratégia que é, na essência, uma recusa em permitir o funcionamento contínuo da supostamente indiferente, mas, na realidade, a tolerância diferenciada, por exemplo, uma estratégia de protestar contra a alternativa que reúne um porta-voz a favor da Direita (ou Centro) e um a favor da Esquerda. Não “igual” mas com *maior* representação da Esquerda seria a igualdade da desigualdade prevalecente.

Dentro da sólida estrutura do poder e da desigualdade pré-estabelecida, a tolerância realmente é praticada. Até mesmo opiniões ultrajantes são expressas, incidentes ultrajantes são televisionados; e as críticas de políticas estabelecidas são interrompidas pelo mesmo número de comerciais como pelos defensores conservadores. Esses supostos intervalos são para contrariar o peso absoluto, a magnitude, e a continuidade do sistema-publicidade, doutrinação que opera em plena atividade através dos infindáveis comerciais como também através do entretenimento?

Dada essa situação, eu sugeri em “Tolerância Repressiva” a prática da tolerância diferenciada em uma direção inversa, como um meio de deslocar o

equilíbrio entre a Direita e a Esquerda por meio da contenção da liberdade da Direita, dessa maneira contrariando a desigualdade penetrante da liberdade (oportunidade desigual de acesso aos meios de persuasão democrática) e fortalecendo o oprimido contra o oprimido. A tolerância seria restrita com respeito a movimentos de um caráter demonstravelmente agressivo ou destrutivo (destrutivo das perspectivas de paz, de justiça, e de liberdade para todos). Tal discriminação também seria aplicada a movimentos que se opõem à extensão da legislação social para o pobre, o fraco, o inválido. Contra às denúncias virulentas, uma política assim anularia o sagrado princípio liberal de igualdade para “o outro lado”, eu afirmo que há assuntos onde também não há “outro lado” em não mais que um sentido formalista, ou onde “o outro lado” é demonstravelmente “regressivo” e impede a possível melhoria da condição humana. Tolerar a propaganda para a desumanidade vicia não só as metas do liberalismo, mas de toda a filosofia política progressiva.

Se a escolha estivesse entre a democracia genuína e a ditadura, a democracia seria certamente preferível. Mas a democracia não prevalece. As críticas radicais do processo político existente são prontamente denunciadas como defensoras de um “elitismo”, de uma ditadura de intelectuais como uma alternativa. O que nós temos é, na realidade, governo, governo representativo por uma minoria de não-intelectual de políticos, gerais, e empresários. O registro dessa “elite” não é muito promissor, e as regalias políticas para a *intelligentsia* podem não ser necessariamente pior para a sociedade como um todo.

Em todo caso, John Stuart Mill, não exatamente um inimigo do governo liberal e representativo, não era tão alérgico à liderança política da *intelligentsia* como são os guardiões contemporâneos da semidemocracia. Mill acreditou que a “superioridade mental individual” justifica o “reconhecimento de uma opinião da pessoa como equivalente a mais de uma”:

Até lá terá sido criado, e até a opinião estará disposta a aceitar, algum modo de votação de plural que pode designar a educação como tal ao

grau de influência superior devido a ela, e suficiente como um contrapeso para o peso numérico da classe menos educada, durante esse, os benefícios do voto completamente universal não podem ser obtidos sem trazer com eles, como se apresentam a mim, mais do que males equivalentes.<sup>5</sup>

“A distinção em favor da educação, correta em si mesma”, também era suposta para preservar “os educados da legislação de classe dos não-educados”, sem capacitar a anterior para praticar uma legislação de classe deles próprios.<sup>6</sup>

Hoje, essas palavras têm compreensivelmente um som antidemocrático, “elitista” - compreensivelmente por causa de suas implicações perigosamente radicais. Pois se a “educação” é mais e diferente do que instruir, aprender, preparar para a sociedade existente, significa não só permitir o ser humano conhecer e entender os fatos que compõem a realidade, mas também conhecer e entender os fatores que estabelecem os fatos de tal forma que ele pode mudar a sua realidade desumana. E tal educação humanística envolveria as “duras” ciências (“dura” como no “hardware” comprado pelo Pentágono?), os livraria da sua direção destrutiva. Em outras palavras, tal educação realmente mal serviria ao sistema governante, e para dar prerrogativas políticas aos homens e às mulheres educados dessa maneira, seria realmente antidemocrático nas condições do sistema governante. Mas essas não são as únicas condições.

De qualquer forma, a alternativa para o processo semidemocrático estabelecido *não* é uma ditadura ou uma elite, não importa o intelectual e o inteligente, mas a luta por uma real democracia. Parte dessa luta é a batalha contra uma ideologia de tolerância que, na realidade, favorece e fortalece a conservação do status quo da desigualdade e da discriminação. Para essa luta, eu propus a prática de tolerância discriminatória. Para estar certo, essa prática já pressupõe a meta radical que ela busca alcançar. Eu cometi esse *petitio principii* a fim de combater a ideologia perniciosa de que a tolerância é institucionalizada nessa sociedade. A tolerância que

---

<sup>5</sup> *Considerations on Representative Government*. Chicago: Gateway Edition, 1962. p. 183.

<sup>6</sup> *Considerations on Representative Government*. Chicago: Gateway Edition, 1962. p. 181.

# *Protestantismo em Revista*

Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia  
Volume 12, jan.-abr. de 2007 – ISSN 1678 6408

---

é o elemento de vida, o símbolo de uma sociedade livre, nunca será o presente dos poderes que existem; sob as condições predominantes da tirania pela maioria, somente ela pode ser conquistada no esforço contínuo das minorias radicais, dispostas a quebrar essa tirania e a trabalhar para o surgimento de uma maioria livre e soberana - minorias intolerantes, militâncias intolerantes e desobedientes às regras de comportamento que toleram a destruição e a supressão.